

PMDB e PFL negociam

por Francisco Stella Fagó
de Brasília

O PMDB e o PFL retomaram ontem as negociações. Testada na quarta-feira a impossibilidade de o PMDB aprovar o substitutivo do projeto de regimento interno da Constituinte aliado aos pequenos partidos de esquerda e sem o apoio de seu parceiro na Aliança Democrática, o presidente do partido, Ulysses Guimarães, convidou para uma conversa em sua casa o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli, e o líder José Lourenço, da Câmara.

Depois de uma hora e meia de conversa, os dois líderes do PFL anunciaram a viabilidade de um acordo sobre a questão mais polêmica do regimento: o parágrafo 7 do artigo 58, que trata do poder da Constituinte sobre a Constituição vigente. Idêntica perspectiva foi traçada por Ulysses e pelo líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique.

Horas antes, ainda em seu gabinete, Luiz Henrique revelou três conclusões que extraiu da sessão de encaminhamento de votação do substitutivo. A primeira: "O PMDB tem maioria para aprovar sozinho o substitutivo". A evidente insuficiência de votos do PMDB pela aprovação na



Luiz Henrique

sessão de quarta-feira, segundo ele, deveu-se ao fato de muitos peemedebistas terem viajado por acreditarem que a votação se encerraria na véspera.

A segunda conclusão: "O PFL tem que abrir mão de sua intransigência". A terceira: "O episódio fez mais um arranhão na Aliança Democrática".

Na avaliação do deputado Miro Teixeira, um dos vice-líderes do PMDB, ao confrontar com o PMDB, o PFL teve a intenção de rachar o PMDB, num ensaio para a discussão dos grandes temas da Constituinte, como reforma bancária, reforma agrária e capital estrangeiro.

O texto do substitutivo do projeto de regimento, de acordo com o deputado Antonio Britto (PMDB-RS), um dos integrantes do grupo pró-soberania, é um mero pretexto para as divergências entre os dois partidos.

No fundo, diz Britto, são muito semelhantes algumas das propostas do PMDB e do PFL. A emenda do deputado Maurílio Ferreira Lima (PMDB-PE) estabelece o poder da Constituinte sobre a Constituição de 1967 quando houver ameaça à Constituinte; a do PFL fala em impedimento de seu funcionamento. Do ponto de vista do regimento em si, segundo Britto, o conflito está nesses dois limites: ameaçar ou impedir. Mas, do ponto de vista político, conforme o deputado, a questão está em que assume a paternidade da proposta vencedora.

Britto prevê para os próximos dias em outro campo de conflitos entre os dois partidos. Com a instalação do Congresso no próximo domingo, será preciso definir se o regimento será votado com ou sem o funcionamento concomitante do Congresso. O PFL defende o funcionamento pleno; o PMDB defende a exclusividade da Constituinte até a votação do regimento, o que deverá ocorrer no dia 10.